

**PLANO MUSEOLÓGICO
MUSEU FÁRMACO HOSPITALAR
2023-2033**

Projeto: Estruturação do Museu Fármaco Hospitalar do Imperial Hospital de
Caridade

PRONAC: 150375

Proponente: Fundação Senhor dos Passos

Equipe:

Responsável técnica - Plano Museológico:

Anna Julia Borges Serafim

(COREM 121-I)

Historiadora:

Elisiana Trilha Castro

(Registro profissional 0000096/SC)

Florianópolis, janeiro de 2023

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO: O PLANO MUSEOLÓGICO	4
2. BREVE HISTÓRICO DO IMPERIAL HOSPITAL DE CARIDADE E DA FUNDAÇÃO SENHOR DOS PASSOS	6
3. HISTÓRICO DO MUSEU FÁRMACO HOSPITALAR	7
4. HISTÓRICO DO ACERVO	8
5. PLANEJAMENTO CONCEITUAL	9
5.1 MISSÃO	10
5.2 VISÃO	10
5.3 VALORES	10
6. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL: ANÁLISE SWOT	10
7. PROGRAMAS E PROJETOS	12
7.1 PROGRAMA INSTITUCIONAL E DE GESTÃO DE PESSOAS	13
7.1.1 Diretrizes do Programa Institucional e de Gestão de Pessoas	15
7.2 PROGRAMA DE ACERVOS	15
7.2.1 Diretrizes do Programa de Acervos	19
7.3 PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES	20
7.3.1 Diretrizes do Programa de Exposições	21
7.4 PROGRAMA EDUCATIVO E CULTURAL	21
7.4.1 Diretrizes do Programa Educativo e Cultural	23
7.5 PROGRAMA DE PESQUISA	23
7.5.1 Projeto e diretrizes do Programa de Pesquisa	25
7.6 PROGRAMA ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICO	25
7.6.1 Diretrizes do Programa Arquitetônico-Urbanístico	27
7.7.1 Diretrizes do Programa de Segurança	29
7.8 PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E FOMENTO	30
7.8.1 Diretrizes do Programa de Financiamento e Fomento	30
7.9 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO	31
7.9.1 Programas e diretrizes do Programa de Comunicação	32
7.10 PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL	32
7.10.1 Diretrizes do Programa de Acessibilidade Universal	33

7.11 PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL.....	33
7.10.1 Diretrizes do Programa Socioambiental	34
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
9. REFERÊNCIAS	36

1. APRESENTAÇÃO: O PLANO MUSEOLÓGICO

O Plano Museológico do Museu Fármaco Hospitalar (2023-2027) foi elaborado como uma das etapas do Projeto de Estruturação do Museu Fármaco Hospitalar do Imperial Hospital de Caridade, contemplado pela Lei de Incentivo à Cultura, que prevê também a restauração do Casarão, edifício que abriga o Museu. A instituição é mantida pela Fundação Senhor dos Passos e está localizada no complexo do Imperial Hospital de Caridade em Florianópolis (SC).

As atividades de construção do documento foram iniciadas em junho de 2022 por uma equipe técnica constituída pela museóloga Anna Julia Borges Serafim e pela historiadora Elisiana Trilha Castro, contando com a participação da estudante Anna Laura Borges Serafim, com revisão e assessoria da presidente da Fundação Senhor dos Passos Rita Peruchi e do conselho curador, o presidente Valter Brasil Konell, os integrantes do Projeto de Restauração Casarão Fundação Senhor dos Passos - Museu Fármaco Hospitalar, Simone Harger, Sérgio Sartori, Jonathan M. Carvalho (Ornato Arquitetura), Christine Duarte do Valle Pereira (diretora operacional da Fundação Senhor dos Passos) e André Luís da Silva (Centro de Memória do Hospital de Caridade).

O desenvolvimento do plano está em consonância com a Lei Federal nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, com o Decreto Federal nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 e com a Lei Federal nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, instrumentos que regulam a área dos museus brasileiros.

A Lei Federal nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, é um dos instrumentos basilares para a regulamentação de instituições museológicas. É no Estatuto que se define a obrigatoriedade das instituições brasileiras de criarem os seus planos museológicos.

O Decreto Federal nº 8.124 de 17 de outubro de 2013 regulamenta os dispositivos encontrados no Estatuto de Museus e também na Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que criou o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Os programas a serem desenvolvidos nos planos museológicos, são detalhados neste instrumento,

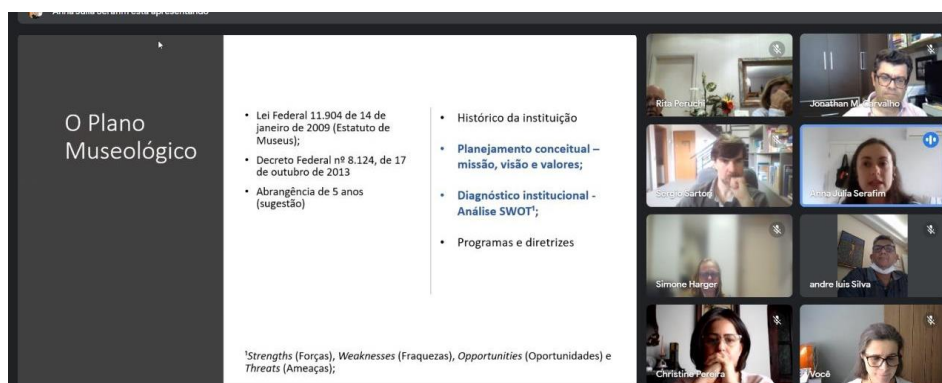
como também aponta-se a possibilidade da instituição de agrupar ou ampliar os programas conforme as suas necessidades.

Já a Lei Federal nº 7.287 de 18 de dezembro de 1984 dispõe sobre a regulamentação da profissão de Museólogo, discutindo o exercício da profissão, entre outras normativas.

Nestes instrumentos são sugeridos os seguintes programas: Institucional, Gestão de Pessoas, Acervos, Exposições, Educativo e Cultural, Pesquisa, Arquitetônico-Urbanístico, Segurança, Financiamento e Fomento, Comunicação, Acessibilidade Universal e Socioambiental.

O presente plano museológico foi desenvolvido de forma interdisciplinar e contou com a consultoria da equipe técnica, que redigiu o documento, e com a participação da diretoria da Fundação Senhor dos Passos e da equipe responsável pelo gerenciamento do projeto de reestruturação do Museu Fármaco Hospitalar por meio de reuniões virtuais.

Figura 1: Captura de tela durante reunião do Plano Museológico



Fonte: Acervo do projeto, 2022

Considerando que a instituição não está aberta ao público e ainda não está completamente estruturada, no plano museológico foram pensadas ações basilares para que o Museu possa dar início às suas atividades, apresentando um diagnóstico inicial por área/programa e indicativos de ação no formato de diretrizes, o que indicará o caminho a ser seguido para o seu estabelecimento. Para a efetividade deste planejamento, que tem como vigência de 5 anos (tempo estipulado como recomendação do Estatuto de Museus), ressalta-se a importância do

acompanhamento de equipe qualificada para que se permita a continuidade das ações aqui propostas.

2. BREVE HISTÓRICO DO IMPERIAL HOSPITAL DE CARIDADE E DA FUNDAÇÃO SENHOR DOS PASSOS

O Museu Fármaco Hospitalar está instalado no complexo do Imperial Hospital de Caridade, primeira Santa Casa de Misericórdia da então capitania de Santa Catarina. O hospital foi fundado no dia 1 de janeiro de 1789, a partir dos esforços da beata Joana de Gusmão e do Irmão Joaquim conjuntamente com a Irmandade do Senhor Jesus Passos. Criada em 1765, a Irmandade desde 1782 prestava assistência aos doentes, aos mais necessitados e aos que morressem, que teriam o sepultamento garantido pelos irmãos. A irmandade, desde 1767, passou a realizar a procissão em honra ao Senhor dos Passos, considerada uma das mais tradicionais procissões do país e reconhecida como Patrimônio Imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2018.

Em 1768, além de uma capela, a casa das beatas e a escola, construídas por iniciativa de Joana de Gusmão, foi construído um espaço para abrigar a imagem de Nosso Senhor dos Passos, que dá nome à Irmandade. A imagem em 1864, estava a caminho de Rio Grande (RS) num navio e teve sua viagem “impedida” - por mais de uma vez - por conta de más condições climáticas o que levou à sua permanência na então vila de Desterro, atual Florianópolis.

Já a Fundação Senhor dos Passos, instituição mantenedora do Museu Fármaco Hospitalar, foi criada em 25 de outubro de 1995. É uma entidade sem fins lucrativos cuja finalidade é realizar ações na área cultural e de assistência à saúde. Tem como responsabilidade a manutenção e zelo do patrimônio artístico, cultural, natural e religioso da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e do Imperial Hospital de Caridade.

3. HISTÓRICO DO MUSEU FÁRMACO HOSPITALAR

Instalado em um conjunto arquitetônico tombado pelo município de Florianópolis, o Museu Fármaco Hospitalar foi fundado em 25 de outubro de 2012, por meio de ata de reunião da Fundação Senhor dos Passos. O Casarão, como o edifício é conhecido, foi fundado em 1857 e desde então teve diferentes usos, como espaço de isolamento para enfermos, creche, sede recreativa e, atualmente, sede da Fundação Senhor dos Passos e do Museu. Em 1974, deu-se início ao processo de preservação do conjunto histórico do Imperial Hospital de Caridade e por meio do decreto Municipal nº 270 de 1986, o conjunto foi reconhecido como patrimônio histórico do município.

A Fundação Senhor dos Passos desde a criação do Museu vem buscando aportes financeiros para dar início ao funcionamento da instituição. Cabe destacar que já foram iniciadas atividades relacionadas à preservação do acervo, como o seu arrolamento, em 2012, e o atual projeto de restauro do Casarão, construção do plano museológico e qualificação do arrolamento inicial.

O Museu Fármaco Hospitalar é uma ação pioneira em Santa Catarina por ser a única instituição relacionada ao patrimônio cultural da saúde no estado. No Brasil, existem outras iniciativas relacionadas com o tema da saúde e afins como o Museu da Vida no Rio de Janeiro (RJ), o Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul em Porto Alegre (RS), o Museu da História da Medicina no Paraná (PR), o Museu da Saúde Pública Emílio Ribas e o Centro de Memória da Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (MG)¹. Em relação aos objetivos e temáticas destas instituições, observa-se que são focadas na área da Medicina, enquanto que o Museu Fármaco Hospitalar pretende ampliar suas discussões para todas as áreas que compõem o ambiente hospitalar, como também a farmacologia e a saúde em geral.

¹ Saiba mais sobre as instituições citadas acessando os sites:

<https://museudamedicinadoparana.com.br/>;

<https://www.museudavida.fiocruz.br/>; <http://museubrasil.org/pt/museu/museu-da-saude-publica-emilio-ribas>

<https://www.muham.org.br/>

<https://www.medicina.ufmg.br/cememor/>

Quanto aos museus farmacológicos, encontram-se instituições como o Museu da Universo da Farmácia, um museu virtual; o Museu da Faculdade de Farmácia de Ouro Preto (MG); o Museu de Ciências Farmacêuticas Paulo Queiroz Marques em São Paulo (SP); o Museu da Faculdade de Farmácia Professor Lucas Marques de Amaral, localizado na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), entre outros².

4. HISTÓRICO DO ACERVO

O acervo do Museu Fármaco Hospitalar é formado por diversos itens relacionados ao patrimônio cultural da saúde e ao cotidiano hospitalar. O acervo foi reunido a partir do recolhimento de itens em diferentes setores do Imperial Hospital de Caridade e por outros doados por médicos e seus familiares e profissionais que trabalhavam no hospital ou em clínicas do complexo.

São encontrados no acervo, equipamentos médicos e cirúrgicos, seringas, frascos para medicamentos, livros, receituários, fotografias, negativos de vidro, além da banheira, feita em peça única de mármore, doada pela esposa de Dom Pedro II, a Imperatriz Dona Tereza Cristina, por ocasião de sua visita ao Hospital em 23 de outubro de 1845. Recentemente o Casarão passou também a abrigar um baú em madeira confeccionado em 1794, vindo de Blumenau.

Figura 2: Estetoscópio, seringa, fotografia e microscópio, parte do acervo do Museu Fármaco Hospitalar

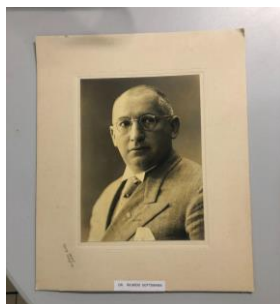
² Saiba mais sobre as instituições citadas acessando os sites:

<https://museudouniversodafarmacia.com.br/>

<https://museudafarmacia.ufop.br/>

<https://anfarmaq.org.br/museu-da-farmacia/>

<https://www2.ufjf.br/farmacia/a-faculdade/museu/>



Fonte: Acervo do projeto

Os objetos do acervo apresentam diferentes suportes e tipologias, relacionando-se com diferentes áreas da saúde como cirurgia, odontologia, gastroenterologia, ginecologia, entre outras. Em 2012, foi realizada uma identificação inicial do acervo pela museóloga Ana Lúcia Bergamo e pela historiadora Wendy Volppe Peres. Este trabalho foi qualificado pela atual equipe técnica, que adicionou novos campos de identificação como o estado de conservação dos itens e outras observações pertinentes. O arrolamento apresenta um total de 2.789 objetos³ em planilha excel. Estes objetos foram posteriormente acondicionados, de forma primária, em prédio onde funcionava a Associação dos colaboradores do Hospital.

5. PLANEJAMENTO CONCEITUAL

Esta seção apresenta o planejamento conceitual do Museu Fármaco Hospitalar, mais especificamente, sua Missão, Visão, Valores elaborados durante a

³ É importante considerar que devido às condições de conservação de alguns conjuntos de objetos, não foi possível contabilizá-los.

construção do presente plano museológico e validados em reunião da diretoria da Fundação Senhor dos Passos.

5.1 MISSÃO

Salvaguardar e difundir o patrimônio cultural da atividade hospitalar a partir do acervo do Imperial Hospital de Caridade; de sua contribuição social e para a formação cultural, bem como destacar o papel das ciências da saúde na história do desenvolvimento científico e dos trabalhadores da área médica e hospitalar.

5.2 VISÃO

Ser referência na promoção de pesquisas e de ações educativas em prol da difusão da importância da história das instituições hospitalares e da preservação do patrimônio cultural da saúde em Santa Catarina e no Brasil.

5.3 VALORES

- Preservar a história da evolução da atividade médica hospitalar;
- Comprometimento em realizar ações educacionais e pesquisas na área do patrimônio cultural da saúde voltadas às atividades hospitalares;
- Respeito à diversidade de públicos e a acessibilidade universal;
- Gestão transparente e participativa;
- Sustentabilidade socioambiental.

6. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL: ANÁLISE SWOT

A etapa de diagnóstico institucional é fundamental para identificar em linhas gerais os principais aspectos estruturantes da instituição museológica. Para tanto, foi escolhida a metodologia de análise SWOT - sigla em inglês para *Strenghts*, *Weaknesses*, *Opportunities*, *Threats* - onde são identificadas as forças, fragilidades,

oportunidades e ameaças da instituição. Esta é uma ferramenta da área da Administração utilizada para o planejamento estratégico de tipos organizações que auxilia na definição do perfil institucional e na tomada de decisões.

As forças e fragilidades estão relacionadas à organização interna das instituições em questão enquanto as oportunidades e ameaças dizem respeito ao ambiente externo.

Forças

- Ter sido aprovado em editais para captação de recursos e leis de incentivo;
- Localizar-se no centro da cidade de Florianópolis;
- Estar sediado em edifício tombado representativo para a história da cidade de Florianópolis;
- Possuir um acervo inédito em Santa Catarina relacionado ao patrimônio cultural da saúde;
- A sede estar em sua 2ª fase do processo de restauração com equipe técnica especializada;
- Possibilidade de uso dos espaços da sede do museu para atividades da Fundação que podem atrair a visitação de diferentes públicos e divulgar seu trabalho, em especial, o voltado à manutenção da Procissão Senhor dos Passos.

Fragilidades

- Não possuir equipe técnica contratada de forma continuada para a criação do museu dificultando a execução do plano museológico;
- Não apresentar registros de aquisição do acervo;
- Não ter uma Política de Aquisição e Descarte de Acervo para gestionar a formação das coleções;
- Não possuir Reserva Técnica para o atual acervo ;
- Ter que coordenar o uso do espaço do Casarão com as atividades da Fundação e as atividades técnicas museológicas;
- Não haver orçamento fixo da instituição mantenedora tampouco um planejamento anual;

- Carecer de planejamento museográfico detalhado para o Casarão.

Oportunidades

- Aproximar as gestões do Hospital, Fundação Senhor dos Passos e o Museu;
- O Hospital e a Fundação Senhor dos Passos poderem utilizar o Museu também como espaço para divulgar sua história e suas atividades;
- O fato de haver cursos em áreas afins com a instituição museológica em universidades localizadas na Grande Florianópolis (Museologia, História, Cinema e Vídeo, Fotografia e Artes Visuais);
- Haver editais e leis de incentivo a nível municipal, estadual e federal;
- Estar presente em Florianópolis o Sistema Estadual de Museus (SEM/SC);
- Integrar o museu com os demais espaços culturais do complexo do Hospital.

Ameaças

- Estar localizado próximo ao mar, pois o salitre pode impactar o acervo e o prédio;
- Estar sediado em prédio tombado, o que pode dificultar ou impedir a construção e expansão dos espaços.

7. PROGRAMAS E PROJETOS

Esta seção apresenta os seguintes programas do Plano Museológico do Museu Fármaco: Programa Institucional e de Gestão de Pessoas, Programa de Acervos, Programa de Exposições, Programa Educativo e Cultural, Programa de Pesquisa, Programa Arquitetônico-Urbanístico, Programa de Segurança, Programa de Financiamento e Fomento, Programa de Comunicação e Programa de Acessibilidade Universal.

7.1 PROGRAMA INSTITUCIONAL E DE GESTÃO DE PESSOAS

O Programa Institucional e de Gestão de Pessoas refere-se à gestão administrativa do Museu e às suas relações interinstitucionais com as outras instituições culturais do complexo do Imperial Hospital de Caridade e afins, bem como à gestão da equipe de profissionais do Museu, sua valorização e capacitação.

O Museu é administrado pela Fundação Cultural Senhor dos Passos e foi criado via ata de reunião registrada em 25 de outubro de 2012. Entretanto, ele ainda não está estruturado em relação à sua coordenação administrativa, tampouco ao seu corpo técnico que será encarregado de garantir o funcionamento de todas as atividades prestadas por uma instituição museológica. Até o presente momento, o acompanhamento das diferentes áreas da instituição foi realizado a partir da aprovação em Leis de Incentivo à Cultura, o que possibilitou o desenvolvimento do plano museológico - o primeiro a ser realizado -, o arrolamento do acervo e as adequações arquitetônicas em curso no edifício que abriga o Museu.

No que concerne ao perfil institucional do Museu Fármaco, durante as reuniões do plano museológico foram discutidas propostas para a Missão, Visão e os Valores da instituição. Esse conjunto de elementos baseiam as ações a serem tomadas pela instituição e podem definir a sua imagem perante os públicos.

Em relação à gestão administrativa, atualmente, o Museu possui como instrumento o presente Plano Museológico e carece de outros documentos complementares e fundamentais como o regimento interno. Destaca-se também a importância de desenvolver os planos de trabalho anuais, após a definição de equipe efetiva que irá coordenar as atividades. No que diz respeito ao regimento interno, é neste documento que será definida a estrutura organizacional do Museu, seus setores e sua equipe, além do estabelecimento de normas e diretrizes que regulamentem as suas atividades.

Assim, torna-se premente a necessidade de contratação de outros profissionais que possam dar apoio efetivo às ações do Museu Fármaco. Neste sentido, é importante a contratação do museólogo, prevista no Estatuto de Museus, e na Lei Federal n. 7.287 para que o Museu se adeque às normativas da área.

Faz-se necessária também a contratação, em caráter efetivo ou emergencial de um profissional conservador-restaurador para que coordene as atividades de mapeamento de riscos, adequamento da reserva técnica e da avaliação e acondicionamento dos objetos pertencentes ao acervo, devido às especificidades dos materiais e a possibilidade de remanescentes de substâncias químicas não identificadas - etapa discutida no Programa de Acervos do presente plano museológico (ver p. 14). Áreas como limpeza, atendimento e segurança predial também carecem da contratação de equipes. Ressalta-se que a contratação destes profissionais está intrinsecamente relacionada com o planejamento para a dotação orçamentária do Museu para definição dos trâmites de contratação destes profissionais, a ser apresentada no Programa de Financiamento e Fomento (ver p. 28).

Quanto às parcerias institucionais, o Museu já está cadastrado e vinculado ao Sistema de Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), porém ainda não foi realizado o seu Cadastro Nacional de Museus. As vinculações aos cadastros estaduais e nacionais podem apoiar na divulgação das instituições museológicas para outros públicos, além de contar com capacitações e outras atividades que podem qualificar a equipe da instituição.

Destaca-se que no complexo hospitalar estão localizados ainda os Museu Sacro e Centro de Memória do Imperial Hospital de Caridade, ambos administrados pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos. Importante o estabelecimento de intercâmbio entre essas instituições, especialmente o Centro de Memória, que pode se tornar uma fonte para informações sobre o acervo do Museu, além de fornecer subsídios para pesquisas, exposições e ações educativas a serem desenvolvidas.

Faz-se necessária também a aproximação com as unidades de ensino, como escolas e universidades. A região central, onde o Museu está localizado, apresenta dezenas de escolas de ensino infantil ao médio, públicas e privadas, como também de ensino superior, além do Instituto Federal (IFSC). Também está presente no município a Universidade Federal de Santa Catarina com diversos cursos na área da saúde e que conta com o curso de Museologia. Em relação a este, é importante contatar a coordenação do curso para que o Museu se torne um espaço de convivência e aprendizado para os estudantes, além de oferecer vagas de estágio,

parcerias, entre outras ações. Essas parcerias podem colaborar para a criação efetiva do museu por meio de convênios.

Para além das instituições que se encontram na mesma localidade é possível buscar parcerias com outras instituições museológicas afins que trabalham com o patrimônio cultural da saúde, como o Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul, localizado em Porto Alegre (RS) e o Museu da Vida no Rio de Janeiro (RJ). Salienta-se que o estabelecimento das parcerias institucionais está ligada de forma elementar à construção de documentos basilares como o Projeto Educativo do Museu, onde serão estabelecidas as metodologias de mediação, a proposição de atividades, ou seja, toda a estruturação da abordagem pedagógica a que a instituição se proporá.

7.1.1 Diretrizes do Programa Institucional e de Gestão de Pessoas

- a) Construir e aprovar do Regimento Interno em Assembleia da Fundação Senhor dos Passos;
- b) Desenvolver a identidade institucional (Missão, Visão e Valores);
- c) Definir profissionais a serem contratados em formato efetivo ou conforme demanda das diretrizes do Plano Museológico;
- d) Contratar museólogo responsável técnico;
- e) Integrar entre o Museu Fármaco Hospitalar, o Museu Sacro e o Centro de Memória do Hospital de Caridade.

7.2 PROGRAMA DE ACERVOS

O Programa de Acervos abrange as questões relacionadas à documentação e conservação das coleções, a qual inclui objetos de natureza museológica, bibliográfica e arquivística.

A aquisição de acervos no Museu foi realizada sobretudo a partir do recolhimento dos itens em diferentes setores do hospital, bem como da doação de antigos profissionais do setor ou de clínicas ligadas ao complexo do Hospital. Sabe-se que o processo de recolha dos objetos não foi direcionado por uma Política de Aquisição e Descarte e, portanto, os critérios, diretrizes e procedimentos de análise

dos acervos não foram sistematizados. Ressalta-se ainda que o processo de doação e recolha não foi registrado por nenhuma documentação administrativa, como termo de doação ou transferência. Tal procedimento somente foi realizado para as doações recebidas ao longo do desenvolvimento do atual projeto.

De acordo com o Estatuto de Museus, é dever das instituições construírem as suas Políticas de Aquisição e Descarte. Este documento sistematiza normativas para a entrada e saída de bens museológicos, arquivísticos e bibliográficos da instituição. No documento são definidos os critérios para aquisição, em conformidade com a missão e os objetivos do museu, além das orientações para o descarte de um objeto. É recomendado que a política seja construída por uma equipe interdisciplinar e, se possível, contar com a participação de membros da comunidade externa. Portanto, é premente a construção da Política de Aquisição e Descarte do Museu Fármaco Hospitalar para fundamentar as ações relacionadas à incorporação e gestão de objetos no acervo. Em relação ao gerenciamento dos objetos, também é necessária a criação da documentação das práticas administrativas, ou seja, aquela que corrobora com as práticas desenvolvidas pela instituição, tais como termo de doação, de pesquisa, de transferência, de empréstimo e de transporte de acervo⁴.

O tratamento documental do acervo do Museu Fármaco Hospitalar, como mencionado, iniciou-se em 2012 com a produção de um arrolamento geral para contagem e identificação do acervo realizado pela museóloga Ana Lúcia Bergamo e pela historiadora Wendy Volppe Peres.

O processo de qualificação do arrolamento, realizado pela equipe técnica e iniciado em 2022, contou com a inserção de outras informações como estado de conservação, o que possibilitou a especificação dos principais danos que acometem o acervo atualmente. O trabalho contou também com a identificação de informações que estavam desconstruídas e adesão de etiquetas acid-free para marcar o acervo.

Figura 3: Etapa de qualificação do arrolamento do acervo

⁴ A equipe técnica do projeto criou modelos para cada um dos termos citados, que deverão ser analisados e implementados pela equipe do Museu.



Fonte: Acervo do projeto

A partir do arrolamento percebeu-se a presença de grande quantidade de exemplares de itens iguais ou similares, o que demanda um trabalho de seleção, pois a guarda desses itens deverá ser adequada em questão de espaço. Também a existência de equipamentos de médio e grande porte, como panela industrial, equipamentos médicos, macas e camas, que irão requerer espaço adequado para o seu armazenamento. Além disso, boa parte dos objetos demandam um trabalho de pesquisa para o reconhecimento de suas funções, pois não apresentam maiores informações sobre o seu uso. Para tanto, o Museu poderá construir um projeto de memória oral com médicos e outros profissionais que atuam ou atuaram no Imperial Hospital de Caridade para buscar reconhecer esses objetos e contextualizá-los, além de coletar histórias sobre a trajetória do Hospital e do próprio Casarão. Assim, o Museu poderá construir um acervo imaterial composto por depoimentos orais.

Portanto faz-se necessário um projeto de documentação museológica do acervo, onde deverão ser priorizadas a seleção de acervo, criação de ficha de catalogação, pesquisa e identificação dos materiais. A documentação demanda ainda a definição de um sistema ou software para gestão online das coleções, recomendando-se o uso do Tainacan, uma ferramenta gratuita criada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que possibilita o gerenciamento do acervo e a sua publicização online⁵.

É de responsabilidade da instituição o registro legal e patrimonial dos bens museológicos em seu acervo, geralmente realizado através do Livro Tombo que é

⁵ Para a utilização do Tainacan é necessário um servidor próprio da instituição. O servidor permite a execução de programas de forma centralizada, além de armazenar e compartilhar arquivos e dados.

registrado em cartório que legitima a posse desses bens. Constitui-se de um documento, geralmente manuscrito, com termo de abertura e fechamento onde são registrados todos os objetos do acervo, permitindo o controle de entradas e saídas, perdas ou até mesmo furtos.

Destaca-se ainda que a partir do arrolamento e avaliação preliminar do acervo, foi possível definir alguns caminhos para formação de coleções para discussão em sua Política de Aquisição e Descarte como farmácia de manipulação, coleção cirúrgica e coleção Dr. Gottsmann, esta última composta por objetos e equipamentos cirúrgicos utilizados por um dos principais cirurgiões no estado de Santa Catarina, o Dr. Richard Gottsmann (1887-1973), natural da Alemanha, que na primeira metade do século XX trabalhou no Hospital de Caridade.

A partir do diagnóstico inicial verificou-se que boa parte dos suportes são perfurocortantes, como bisturis, lâminas e pontas de agulha, também são encontrados objetos em vidro, frágeis. Além disso, o acervo possui frascos contendo misturas para análises laboratoriais, que podem ter traços de restos de sangue ou bactérias, fungos. Boa parte dos frascos ainda contém substâncias para diferentes usos para produção de medicação; muitas delas sem tampas ou mal acondicionadas, emitindo ainda odores, com destaque para os produtos em pó que podem produzir ainda poeira química. Equipamentos como de raio x e outros cirúrgicos, além de uma caixa encontrada aberta, que aparenta ser de chumbo, com identificação de que seria para uso de transporte de césio para radioterapia.

Dada a situação, é premente a contratação de um especialista em conservação especializado em acervos da área da saúde para identificar os riscos que esses equipamentos e objetos podem oferecer aos visitantes e colaboradores da instituição. O acervo requer especialistas para avaliação de presença de conteúdo químico em itens diversos do acervo e sua periculosidade e possibilidade da contaminação, para posterior processo de higienização e acondicionamento. Todas essas recomendações visam evitar acidentes com a possibilidade de manipulação de produtos químicos tóxicos por parte da equipe que irá conduzir as atividades do museu. Tal ação fornecerá mais segurança para a exposição dos itens para os visitantes e na reserva técnica, onde o ar controlado e a pouca ventilação podem tornar o ambiente tóxico. Este profissional também deverá identificar as necessidades

para a conservação dos variados tipos de suporte e estabelecer os parâmetros de temperatura e umidade do ar para na reserva técnica, o que é primordial também devido a localização da reserva técnica no sótão do edifício. Após a avaliação, deverá ser realizada a higienização e o acondicionamento dos objetos.

O Museu apresenta um acervo bibliográfico que ainda não recebeu nenhum tratamento documental ou de conservação. A instituição possui uma coleção de livros e periódicos que necessitam do gerenciamento e constituição de normas de usos por um profissional bibliotecário. Quanto ao seu acervo arquivístico, é necessária a contratação de um arquivista para pensar na gestão documental do Museu, tanto para a consulta interna quanto para externa em caso de compromissos fiscais, pesquisas de cunho histórico etc. Importante destacar que o gerenciamento e as normativas em relação a esses acervos também deverão estar contemplados na Política de Aquisição e Descarte.

7.2.1 Diretrizes do Programa de Acervos

- a) Catalogação do acervo museológico, mediante contratação de profissional técnico;
- b) Coleta de depoimentos orais com os colaboradores do Imperial Hospital de Caridade;
- c) Elaboração da Política de Aquisição e Descartes;
- d) Organização do acervo arquivístico e bibliográfico, mediante contratação de profissional técnico;
- e) Elaboração de documentação das práticas administrativas (Termo de doação, descarte, pesquisa, transferência, empréstimo, transporte);
- f) Elaboração do Livro Tombo/documento patrimonial do acervo;
- g) Avaliação das condições de conservação de acervo, mediante contratação de profissional técnico;
- h) Planejamento da reserva técnica, mediante contratação de profissional técnico;
- i) Higienização e acondicionamento do acervo, mediante contratação de profissional técnico.

7.3 PROGRAMA DE EXPOSIÇÕES

O Programa de Exposições abrange a utilização dos espaços e desenvolvimento de exposições museológicas em diferentes formatos, seja de longa ou curta duração, além de exposições itinerantes e virtuais.

As exposições são importantes ferramentas de comunicação entre os museus e seus públicos, podendo aproximar e criar laços de identificação. Por ainda não ter um espaço estruturado, o Museu Fármaco Hospitalar ainda não promoveu nenhuma exposição em sua trajetória. Com a finalização do restauro do edifício e a definição dos ambientes internos, será necessário o desenvolvimento de um projeto expográfico para o Casarão. Neste processo deverão ser estipulados os espaços para as exposições de longa e curta duração, a criação de mobiliário expositivo adequado às diferentes tipologias do acervo, a comunicação visual, o design expositivo, as temáticas abordadas na narrativa, entre outros. Destaca-se que para o desenvolvimento deste projeto, a instituição deverá contratar um profissional qualificado.

Figura 4: Perspectiva de uma das salas de exposição localizada no porão do Casarão



Fonte: Ornato Arquitetura

O projeto de restauro já definiu questões como a localização de espaços para exposição, um deles localizado no porão do prédio, além de duas salas onde serão recriadas uma sala cirúrgica e de enfermaria. Em relação à última, a equipe técnica do projeto ficou encarregada de desenvolver uma proposta de comunicação inicial, definindo os acervos e textos que irão compor o espaço. Foram desenvolvidos ainda

outros textos sobre o histórico do Museu e do Casarão, entre outros relevantes para a narrativa expográfica.

Figura 5: Planta baixa da sala de enfermaria



Fonte: Ornato Arquitetura

Além disso, para a continuidade das atividades expositivas, deverá ser estabelecido um calendário de exposições, bem como metodologias para a sua avaliação, ou seja, no que diz respeito a efetividade da proposta, a recepção pelos visitantes e o quantitativo de pessoas atingidas.

7.3.1 Diretrizes do Programa de Exposições

- a) Desenvolver projeto expográfico para o Museu;
- b) Definir calendário e método de avaliação das exposições.

7.4 PROGRAMA EDUCATIVO E CULTURAL

No Programa Educativo e Cultural são discutidos os aspectos relacionados às atividades educativas e culturais a serem desenvolvidas pelo Museu FÁRMACO Hospitalar. Entende-se que as instituições museológicas podem se constituir como espaços alternativos para ações pedagógicas, portanto a elaboração de um

planejamento educativo e cultural é primordial para que o Museu possa cumprir com as suas funções sociais.

O planejamento deverá ser constituído de estratégias e ações de longo prazo que abordem a missão do Museu e as suas principais temáticas transversais como a saúde, a ciência e os seus profissionais. A instituição terá que definir uma metodologia de ação e estratégias que devem embasá-las, além de determinar os seus públicos-alvo e as atividades que serão propostas pela instituição, como as ações educativas e mediação nas exposições, palestras, produção de materiais pedagógicos, entre outras, que visam estabelecer uma conexão com os visitantes. Para acompanhamento e avaliação da efetividade destas ações será necessário estabelecer parâmetros e ferramentas que atuem para a sua qualificação

Para tanto, é primordial a contratação de profissionais da área para qualificar as proposições e desenvolver o planejamento educativo. Sugere-se ainda a constituição de um setor educativo e cultural na estrutura organizacional, que deverá ser contemplado no organograma da instituição a ser definido.

O planejamento educativo e cultural do Museu também deverá abarcar ações que busquem a inclusão e o atendimento das necessidades de diferentes públicos. Neste sentido, deverá ter como principal enfoque a acessibilidade de forma ampla e em seus aspectos arquitetônicos, atitudinais e comunicacionais, ou seja, considerar as necessidades físicas dos visitantes, a sensibilização e conscientização dos públicos e a adoção de diferentes tipos de linguagens em suas ferramentas, como exposição, redes sociais etc ⁶.

Entre os públicos potenciais da instituição, estão os escolares e universitários, considerando a quantidade de instituições educacionais no entorno do Museu, como salientado no Programa Institucional; os pacientes e visitantes do Imperial Hospital de Caridade e os moradores das comunidades localizadas nas proximidades do hospital, os morros do Mocotó e da Mariquinha. Importante destacar que deverão ser identificadas as necessidades de cada um desses públicos para que se desenvolva atividades que atinjam os objetivos propostos e fomentem o diálogo e processos colaborativos entre visitante e museu.

⁶ Estes aspectos serão discutidos em profundidade no Programa de Acessibilidade Universal.

Ao desenvolver o planejamento também deverá ser considerada a participação nos eventos anuais promovidos pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a Semana de Museus e a Primavera dos Museus, que ocorrem nos meses de maio e setembro, respectivamente. A participação nesses eventos pode oportunizar uma aproximação entre a instituição e os seus públicos, como também divulgar e ampliar as suas ações para outros.

Portanto, este programa teve como objetivo definir as principais diretrizes para que o Museu Fármaco constitua o seu setor educativo e o planejamento das atividades educativas e culturais. Acredita-se que somente com uma estrutura definida, nas próximas revisões do Plano Museológico poderão ser planejadas efetivamente, no formato de projetos, as ações que serão realizadas pelo Museu.

7.4.1 Diretrizes do Programa Educativo e Cultural

- a) Estruturar o setor educativo do Museu Fármaco Hospitalar;
- b) Contratar profissional da área educativa para coordenação das atividades;
- c) Desenvolver o planejamento educativo-cultural do Museu Fármaco Hospitalar, considerando o estabelecimento de uma metodologia pedagógica, definição de ações e seus públicos-alvos e a acessibilidade dos visitantes.

7.5 PROGRAMA DE PESQUISA

O Programa de Pesquisa engloba as atividades de investigação e disseminação de informações acerca dos acervos museológicos ou temáticas relacionadas ao museu, de forma interna e externa, voltado sobretudo para definição de linhas de pesquisa institucionais e projetos relacionados aos estudos de públicos visitantes.

Inicialmente deverão ser identificadas linhas de pesquisa relacionadas à missão e ao acervo da instituição, como saúde, ciência, área médica e farmacêutica, entre outras, que irão compor o escopo de pesquisa interno do Museu. Concernente ao seu acervo, durante o arrolamento dos objetos, a equipe técnica que coordenou as atividades identificou que boa parte dos instrumentais cirúrgicos e outros itens precisam de maiores investigações, pois não foi possível identificar as suas funções, usos e origem. Essa ação é primordial para os registros informacionais e para a

salvaguarda do acervo, visto que um objeto sem documentação ou identificação também sofre perdas quanto ao seu uso comunicacional e mesmo para a sua preservação.

Quanto à pesquisa externa, ou seja, aquela promovida por pesquisadores externos no acervo da instituição, o Museu deverá definir como será a sua recepção e a estrutura a ser disponibilizada, bem como sistematizar os protocolos que definem as regras para a pesquisa e os documentos que asseguram o uso correto do acervo, como o termo de pesquisa. Importante também que a instituição mantenha atualizada uma listagem que identifique todas as pesquisas já realizadas por pesquisadores externos.

Além da pesquisa relacionada ao acervo musealizado e as linhas temáticas do museu, também é necessária a realização de pesquisa sobre os seus públicos, identificando os grupos prioritários para as ações e também o seu “não público” - ou seja, aqueles indivíduos que não costumam visitar ou participar das atividades propostas pelo museu.

As pesquisas de público irão embasar o planejamento das ações, identificando aquelas que deverão ser continuadas, aprimoradas ou que não obtiveram o resultado esperado junto aos públicos, como também quais são as necessidades e níveis de satisfação dos visitantes. Quanto ao não público, deverá ser identificado quais os motivos que não os trazem a visita e maneiras com que o museu possa se aproximar.

Após o início das atividades a instituição também deverá encaminhar anualmente os quantitativos e outros dados relacionados à visita, assim que as atividades forem efetivamente iniciadas, ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que definiu os critérios de envio por meio da Resolução Normativa nº 03, de 19 de novembro de 2014. Para a coleta destas informações deverá ser disponibilizado ao visitante, em local estratégico próximos aos espaços de recepção do Museu, um livro de visitantes, onde eles poderão deixar informações como nome, idade, profissão e outros dados pertinentes. Recomenda-se também um espaço no livro para que eles possam sugerir ou fazer comentários sobre a visita.

7.5.1 Projeto e diretrizes do Programa de Pesquisa

- a) Identificar as linhas de pesquisa do Museu FÁrmaco Hospitalar;
- b) Sistematizar os protocolos para pesquisa externa;
- c) Realizar pesquisa de público para identificar os públicos potenciais da instituição;
- d) Disponibilizar um livro de visitantes.

7.6 PROGRAMA ARQUITETÔNICO-URBANÍSTICO

No Programa Arquitetônico-Urbanístico são englobados os processos de identificação, conservação e adequação dos espaços do Museu FÁrmaco Hospitalar e de seu entorno. Também o conforto dos visitantes e colaboradores, circulação do espaço, identidade visual, além da acessibilidade física e inclusão de diferentes públicos são discutidos neste programa.

O Museu está instalado em edifício arquitetônico tombado pelo município de Florianópolis, o que demanda à equipe da instituição cuidados com a sua manutenção, sendo necessária a consulta aos órgãos de preservação sobre quaisquer ações de intervenção no bem.

Ao longo de sua trajetória, o Casarão apresentou diferentes usos: inicialmente como Casa dos Lázaros - local onde ficavam isolados pacientes enfermos - mas ao longo dos anos também abrigou uma creche, um pensionato, uma lavanderia, um abrigo para enfermeiras, uma ala de isolamento e a sede do grêmio dos funcionários do Hospital. Devido a essas utilizações, o espaço foi ganhando modificações e anexos, que não são passíveis de datação específica.

Em 2001, o Casarão passou por processo de restauro com objetivo de atender as atividades da administração da Fundação Senhor dos Passos e garantir a segurança dos usuários.

Já a etapa atual de restauro, o projeto de Estruturação do Museu FÁrmaco Hospitalar, foi aprovada no ano de 2016 através do Programa Nacional de Incentivo à Cultura (PRONAC). Entretanto, as primeiras intervenções foram realizadas em dezembro de 2020 com o trabalho de recuperação de parte de elementos da

cobertura, recuperação das alvenarias e das esquadrias. A segunda etapa do projeto contou com o restauro interno, pintura, definição de espaços, recuperação do telhado, adequação do Casarão para instalação de rampa de acesso e banheiro para pessoas com deficiência, revisão das instalações elétricas e hidráulicas, implantação do sistema preventivo de incêndio, ação efetiva em toda a cobertura com a imunização e recuperação de forros, barrotes e vigas que sustentam o telhado e recuperação dos pisos e assoalhos.

O projeto atual do espaço prevê a definição dos ambientes que se seguem:

- Hall (1)
- Sala de exposição (2)
- Auditório (1)
- Área de circulação/exposição (3)
- Administração (1)
- Copa (1)
- Sala de enfermaria/Exposição (1)
- Sala de cirurgia/Exposição (1)
- Varanda/Exposição (1)
- Banheiro (2)
- Reserva técnica (1)

A definição destes ambientes atende às variadas necessidades de uma instituição museológica, entretanto sugere-se também a criação de um espaço para sala de atividades educativas e um espaço de trabalho separado da Reserva Técnica (RT). É primordial que a circulação de pessoas na RT seja restringida, pois ela pode contribuir para os processos de degradação do acervo. Além disso, apesar de ser um ambiente controlado em relação a temperatura e a umidade, algumas características dos materiais encontrados na coleção também podem afetar a saúde dos colaboradores. Portanto, o espaço para trabalho deverá ser separado da Reserva Técnica, onde o colaborador que irá tratar o acervo tenha um ambiente indicado para o desempenho desta atividade.

Outro espaço que deverá ser estruturado é a recepção da instituição. Ela deverá estar localizada próxima a porta de entrada do prédio e é interessante que o

espaço conte com um guarda-volumes, mesa para disponibilização do livro de visitantes e que permita o seu preenchimento de forma confortável, entre outras necessidades. Também é indicado a distribuição de áreas de descanso com local para sentar-se, já que o Museu é composto por diversos espaços expositivos. Também a iluminação do espaço deverá ser prevista por meio de um projeto luminotécnico que considere as questões de conforto ambiental para visitantes e colaboradores.

O Museu também será utilizado como espaço para as atividades da Fundação Senhor dos Passos, o que poderá trazer diferentes públicos para visita, mas deverá se adaptar a dois tipos de uso: para os eventos e as atividades museológicas.

Em relação às questões de acessibilidade, o projeto prevê a criação de um banheiro adaptado e instalação de rampas para acesso ao Casarão e ao espaço expositivo localizado no porão. Entretanto, não foi possível a instalação de um elevador para acesso ao segundo patamar do prédio, onde será localizada a reserva técnica, o que dificulta o transporte de acervos entre os espaços, bem como o acesso ao espaço em caso de contratação de colaborador PCD para o Museu ou em caso de alguma visita a RT, por exemplo.

Também foi reestruturado durante a atual etapa de restauro, um espaço de convivência nos jardins do Casarão, onde os visitantes poderão ter um momento de descanso, confraternização e etc, como também os visitantes do hospital, colaboradores ou pacientes. Destaca-se o plantio de árvores nativas ornamentais e de plantas medicinais nesse espaço, o que está de acordo com os objetivos do Museu para a promoção da saúde de forma ampla.

7.6.1 Diretrizes do Programa Arquitetônico-Urbanístico

- a) Estudar viabilidade de designação de um espaço para sala de trabalho, recepção e educativo da instituição;
- b) Implementar projeto luminotécnico para os ambientes do Museu.

7.7 PROGRAMA DE SEGURANÇA

O Programa de Segurança discute a seguridade do museu em todos os seus aspectos: edificação, acervo, colaboradores e público. No programa são definidas as rotinas de segurança e emergência adotadas pela instituição, bem como são definidos os equipamentos e instalações necessárias a fim de garantir a segurança das atividades.

No momento, compreende-se que o principal foco quanto à segurança deverá ser o acervo e aos profissionais que o manuseiam - já que o Museu ainda não está aberto ao público. Durante a etapa de arrolamento identificou-se que muitos objetos podem conter resquícios de substâncias potencialmente tóxicas à saúde humana, além de uma grande quantidade de objetos perfurocortantes e enferrujados. Ainda no que concerne a segurança dos bens culturais, deve-se garantir que o acervo ao ser transferido definitivamente de seu atual local de guarda para a reserva técnica, após a finalização das obras de restauro, seja organizado de forma a garantir as necessidades dos acervos museológicos quanto a sua conservação como o acondicionamento adequado, espaço para guarda, controle de temperatura e umidade, etc. Para tanto, é necessária a contratação de equipe de profissionais que possam fazer o acompanhamento da transferência.

Em relação ao acervo, também deve-se estar atento à segurança informacional e de dados. Em caso de definição de um sistema de gestão de acervo, é necessária a definição de uma rotina de back-ups.

O projeto arquitetônico atual está em conformidade com os preventivos de incêndio, que deverão ser realizados periodicamente junto ao órgão responsável. Outros documentos como alvarás de funcionamento requeridos para instituições culturais também deverão ser implementados. Quanto ao sistema elétrico, este está em conformidade com os padrões básicos, mas deverão ser melhorados nos próximos anos.

O planejamento de segurança da instituição também deverá determinar as questões relacionadas à segurança patrimonial contra roubos e furtos, como instalação de alarmes, câmeras e rondas, contratação de equipe de segurança e outras normativas.

Um documento basilar a ser construído é um Programa de Gestão de Riscos. Este documento apresenta e discute diferentes questões relacionadas às condições de segurança nas quais a instituição deverá estar atenta. A publicação do IBRAM, Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado, deverá ser observada e a partir dela poderá ser criado um diagnóstico para a identificação de riscos, baseado em:

1. Levantamento de agentes de deterioração que atuam nos edifícios e nas coleções museológicas;
2. Análise dos riscos e como eles poderão acontecer e impactar o conjunto musealizado;
3. Estabelecer a priorização dos riscos identificadas e escala de magnitude de cada um;
4. Desenvolvimento de medidas eficazes para controle ou mitigação dos riscos identificados nas etapas anteriores;
5. Monitoramento dos riscos, ou seja, acompanhamento constante dos riscos já identificados e atenção aos novos que poderão surgir.

Entre os principais riscos enumerados pela publicação, destacam-se: Forças físicas; furto, roubo ou vandalismo; fogo; água; pragas; poluentes; iluminação, radiação ultravioleta (UV) e infravermelha (IV); temperatura e umidade relativa incorretas; dissociação de informações do acervo, ou seja, desencontro ou perda de dados sobre os objetos.

Por sua especificidade, se faz necessária a contratação de equipe ou profissional especializado para a realização deste documento.

7.7.1 Diretrizes do Programa de Segurança

- a) Definição de rotinas de segurança patrimonial;
- b) Construção do Plano de Gestão de Riscos;

7.8 PROGRAMA DE FINANCIAMENTO E FOMENTO

O Programa de Financiamento e Fomento está relacionado às atividades de planejamento de estratégias para a captação, a aplicação e o gerenciamento dos recursos econômicos da instituição.

Atualmente, os projetos realizados pelo Museu Fármaco Hospitalar obtiveram recursos provenientes da participação em Leis de Incentivo à Cultura, via Fundação Senhor dos Passos.

Identificou-se que o Museu ainda não possui uma dotação orçamentária definida junto à instituição mantenedora. A partir da proposição das atividades a serem realizadas nos próximos anos pela instituição, será necessário discriminar as necessidades e gastos para definir um orçamento anual. Portanto, é premente a identificação e definição de gastos, como aqueles com funcionários, luz, água, administração, conservação do acervo e outros, bem como a viabilidade de disposição de um orçamento anual para o Museu, que deverá ser aprovado junto a diretoria da Fundação Senhor dos Passos.

A instituição também poderá captar recursos junto às clínicas médicas, ao Imperial Hospital de Caridade, e outras instituições afins por meio de modelos estratégicos de captação de recursos e planejamentos financeiros. Além disso, é importante a continuidade na participação nas Leis de Incentivo à Cultura federais, como também buscar outros editais e leis estaduais ou municipais como o Prêmio Elisabete Anderle, Lei Aldir Blanc e o Fundo Municipal de Cultura.

7.8.1 Diretrizes do Programa de Financiamento e Fomento

a) Definir o orçamento anual junto à instituição mantenedora;

7.9 PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

No Programa de Comunicação são realizados os planejamentos relacionados à divulgação dos projetos e atividades do Museu, além da difusão e consolidação de sua imagem institucional junto aos públicos internos e externos.

Constitui-se, primeiramente, como etapa primordial o planejamento e a criação da identidade visual do Museu junto aos públicos. Entre as ações estão: o desenvolvimento de uma logomarca que incorpore a missão do Museu de forma visual, criando uma relação de reconhecimento entre ele e os seus públicos. Para esta etapa, recomenda-se a contratação de um designer gráfico, profissional qualificado para o desenvolvimento da logomarca e outras questões ligadas à identidade visual do Museu.

A partir da criação da identidade visual, deverão ser criados outros meios de comunicação que possam fortalecer a comunicação com o visitante, como o site onde poderão ser divulgadas informações sobre a instituição, eventos e ações promovidas, informações sobre como pesquisar no acervo, como chegar até a instituição, além de ser um canal para a difusão do acervo. Como mencionado, a ferramenta Tainacan poderá facilitar este processo já que além de promover a gestão do acervo, apresenta também uma interface para os usuários externos, onde o acervo poderá ser divulgado. Importante destacar que a difusão do acervo poderá ocorrer com o avanço da documentação museológica dos objetos, como apresentado no Programa de Acervos (ver p. 14).

Recomenda-se a criação de mídias sociais como Instagram e Facebook, pois atualmente são as ferramentas mais utilizadas por diferentes públicos e podem se constituir em meios mais rápidos para a divulgação de eventos do Museu, por exemplo. As mídias sociais possuem uma linguagem específica para comunicação, portanto é premente a contratação de um profissional para o desenvolvimento do calendário e planejamento das publicações, escolha da linguagem e definição da identidade visual a ser adotada nas redes.

O estudo de públicos, mencionado no Programa de Pesquisa (ver p.22), pode ser um aliado na identificação do seu público-alvo e com isso garantir que o programa de comunicação seja uma ferramenta eficaz de diálogo entre a sociedade e o Museu.

Também recomenda-se a instalação de placas informativas indicando a localização do Museu no complexo do Imperial Hospital de Caridade, especialmente para que os pacientes do hospital e seus acompanhantes possam localizá-lo. Esta ação deverá ser apresentada e discutida com a direção do hospital

7.9.1 Programas e diretrizes do Programa de Comunicação

- a) Desenvolver a identidade visual do Museu, mediante contratação de profissional;
- b) Criação de site e mídias sociais para o Museu;
- c) Instalação de placas informativas para a localização do Museu no complexo do Imperial Hospital de Caridade.

7.10 PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

O Programa de Acessibilidade Universal abrange todas as questões relacionadas à acessibilidade dos públicos e colaboradores do Museu, em diferentes aspectos: física ou arquitetônica, atitudinal e comunicacional.

A acessibilidade arquitetônica relaciona-se à circulação e acesso da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida aos espaços. Neste sentido deve-se pensar em soluções que possibilitem o conforto dos indivíduos e respeitem a sua autonomia para chegar, se locomover e utilizar os equipamentos culturais. Já a acessibilidade atitudinal, está relacionada às práticas de sensibilização para as diferenças sociais e individuais, relacionadas à etnia, deficiências, à condição social, entre outras. Assim a instituição deve atuar para o combate ao preconceito e quaisquer tipos de exclusão destes indivíduos da sociedade. Em relação a acessibilidade comunicacional, esta busca compreender os diferentes usos de linguagens e de mídias que possam atender a diferentes públicos, como a língua de sinais, linguagem gestual, produção de braile e áudio-guias.

É importante que o Museu continue melhorando a sua estrutura física para receber pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com a instalação de elevadores, corrimão, pisos táteis e/ou rampas de acesso. Cabe destacar que esta ação depende também da liberação por parte dos órgãos responsáveis pela

fiscalização de prédios arquitetônicos tombados. Além disso, o espaço expositivo e os seus mobiliários deverão estar de acordo com o Desenho Universal e Norma ABNT 9050 para a inclusão de diferentes pessoas, sejam aquelas com deficiência, mas também idosos e crianças.

Com a consolidação dos Programas de Exposição e Educativo-Cultural, a instituição deverá pensar na produção de materiais acessíveis a diferentes públicos, como cartilhas, legendas e textos em braile, áudio-guias, materiais táteis, entre outros. Deve-se considerar que a acessibilidade é um conceito amplo e que está relacionado a promoção de um conjunto de tipologias de materiais e ações para que se permita um acesso pleno. Neste sentido, é importante que a equipe do Museu esteja em contato com instituições como a Associação Catarinense para a Integração do Cego (ACIC) para a discussão das propostas e também para a participação dos associados nas atividades do Museu. As mídias sociais também poderão ter ações de acessibilidade com a adoção da comunicação inclusiva, com a participação nas hashtags #PraTodosVerem e #DescreveAí, além de criação de textos alternativos como forma de incluir pessoas cegas ou com baixa visão.

7.10.1 Diretrizes do Programa de Acessibilidade Universal

- a) Discutir propostas de acessibilidade em seus aspectos arquitetônicos, atitudinais e comunicacionais;
- b) Construção de mobiliários expositivos adequados às normativas do Desenho Universal e Norma ABNT 9050;
- c) Adequar os conteúdos publicados nas redes sociais do Museu aos princípios da comunicação inclusiva.

7.11 PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL

No Programa Socioambiental são discutidas ações comprometidas com o meio ambiente e áreas sociais, a partir da incorporação de princípios e critérios de gestão ambiental.

Este programa está intrinsecamente relacionado com os programas Educativo Cultural e Arquitetônico, pois nele deverão constar atividades educativas relacionados ao meio ambiente, bem como ações para redução de impactos ambientais nas atividades da instituição.

Destaca-se que o complexo do Imperial Hospital de Caridade está instalado em uma área de preservação, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Menino Deus, criada em 1999 através da Portaria nº 2 85-N, de 6 de outubro de 1999. A reserva abriga remanescentes nativos da Floresta Atlântica e é uma das áreas de maior ocorrência da Floresta Ombrófila Densa, apresentando uma grande biodiversidade e diversas nascentes. Junto ao setor educativo (a ser criado) pode-se pensar ações voltadas para a discussão da importância de preservação deste patrimônio natural, que envolvam também os moradores da comunidade do Maciço da Cruz.

Quanto ao aspecto arquitetônico, durante a construção do projeto de restauro não foram pensadas ações relacionadas aos impactos ambientais, como soluções para economia de água, considerando que os estudos de impacto devem considerar todo o complexo do Hospital. Entretanto, estas ações ainda poderão ser implementadas futuramente, assim como outras questões como o uso de lâmpadas led, acionamento por sensor de presença, descarte correto de resíduos e reciclagem de materiais, o que pode gerar uma economia nos recursos da instituição.

7.10.1 Diretrizes do Programa Socioambiental

- a) Discutir a importância da preservação da Reserva Particular do Patrimônio Natural Menino Deus por meio de atividades educativas;
- b) Realizar estudo de impactos ambientais a partir do início de funcionamento do Museu.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do Plano Museológico do Museu Fármaco Hospitalar constitui-se num momento fundamental para a sua gestão administrativa e planejamento de suas

ações futuras. O plano museológico é um dos primeiros documentos a serem construídos por uma instituição, especialmente aquelas que estão em processo de fundação, já que o plano norteará todas as ações iniciais com vistas a fortalecer os laços entre o Museu e a comunidade.

Pelo diagnóstico, percebe-se que o Museu Fármaco é uma instituição que, apesar de ainda não estar aberta ao público, buscou dentro de seu contexto realizar atividades que garantissem a preservação de seu acervo e do edifício na qual está abrigada.

Portanto, entre os programas desenvolvidos no Plano Museológico, destacam-se, especialmente, as diretrizes que promovem a consolidação do Programa de Acervo. A qualificação da documentação museológica de suas coleções irá fortalecer diversas áreas da instituição como a pesquisa, as exposições e as ações educativas, possibilitando o acesso e uso das coleções por parte da comunidade.

Por seu pioneirismo em Santa Catarina, o Museu poderá se tornar referência na área do patrimônio cultural da saúde. A partir da construção do plano museológico e das discussões propostas, acredita-se que será propiciado um uso mais amplo desse equipamento cultural por parte de diferentes públicos como estudantes, as comunidades do entorno, os pacientes e visitantes do Hospital e o público em geral.

Também espera-se que o plano museológico promova uma maior interação entre o Museu e outras instituições culturais localizadas em Florianópolis, bem como em todo o país, além das instituições coordenadas pela Fundação Senhor dos Passos que estão instaladas no complexo do Hospital de Caridade. É importante a oportunidade de intercambiar informações, pesquisas, acervos e público, o que pode consolidar e qualificar as atividades que irão ser realizadas pelo Museu.

9. REFERÊNCIAS

BORENSTEIN. Süsskind Miriam. **O cotidiano da enfermagem no Hospital de Caridade de Florianópolis-SC (1953-1968)**. Tese (Doutorado em Enfermagem) Curso de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 229 p., 2000. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78972>. Acesso em 16 dez. 2022.

BRASIL, **Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Presidência da República: Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm. Acesso em 20 nov. 2021.

BRASIL. **Lei Federal nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984**. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Presidência da República: Brasília, DF, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7287.htm. Acesso em 20 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Presidência da República: Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em 20 nov. 2021.

BRASIL. Portaria nº 2 85-N, de 6 de outubro de 1999. Reconhece mediante registro, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, de interesse público, e em Caráter de perpetuidade, a área de 16,00 ha (dezesseis hectares) na forma descrita no referido processo, constituindo-se parte integrante do imóvel denominado: IRMANDADE DO SENHOR DOS PASSOS E HOSPITAL DE CARIDADE, reserva denominada: Reserva Natural Menino Deus. In: Diário Oficial da União. Disponível em: https://sistemas.icmbio.gov.br/site_media/portarias/2010/03/19/PortRPPNReservaNaturalMininoDeus.pdf. Acesso em 25 nov. 2022.

CANNABRAVA, Melissa. Educação museal e a importância da acessibilidade atitudinal. **Museu da Vida**, 22 maio 2020. Disponível em: <http://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/noticias/1463-educacao-museal-e-a-importancia-da-acessibilidade-atitudinal-uma-conversa-com-hilda-da-silva-gomes>. Acesso em 25 ago. 2021.

COMERLATO, Fabiana. (2021). Hospital de Caridade, parte da história de Santa Catarina. **BIBLOS**. 15. 69-86.

Dr. Richard Gottsmann. **Artigos e textos históricos onde há registros de pessoas da Família Imhof, além de entrevistas e histórias pessoais.** Disponível em: https://familiaimhof.com.br/ath_dr_richard_gottsmann.htm. Acesso em 16 dez. 2022.

HELDWEIN, Armando Herberto. **Causas das modificações arquitetônicas do Hospital de Caridade de Florianópolis (1850-1950).** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, 2004. Fonte: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/87619>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Acervos digitais nos museus:** manual para realização de projetos. Instituto Brasileiro de Museus; Universidade Federal de Goiás - Brasília, DF: Ibram, 2020. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Acervos-Digitais-nos-Museus.pdf>. Acesso em 20 nov. 2021.

IBRAM. **Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado: diretrizes gerais, objetivos, eixos e linhas de atuação.** Instituto Brasileiro de Museus - Brasília, DF: Ibram, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/gestao-de-risco-ao-patrimonio-musealizado/pgprmb-diretrizes-gerais-objetivos-eixos-e-linhas-de-atuacao.pdf>

IBRAM. **Resolução Normativa nº 2**, de 23 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/Resolucao-Normativa-n2-de-23-de-julho-de-2021.pdf>

IBRAM. **Subsídios para elaboração de planos museológicos.** Brasília: Ibram, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>

Leal, Jussara Maria. **Os Desafios Profissionais do Serviço Social na Equipe Multiprofissional do Setor de Transplante Renal no Imperial Hospital de Caridade** (2016). Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 9 e 10. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/169848/TCC%20Jussara%20Maria%20Leal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

MARTINS, William de Souza. A beata Joana de Gusmão (1688-1780): análise das representações construídas pela historiografia e da atuação no campo religioso. **História Unisinos**, v. 22, n. 1, 18-32, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.221.02>.

MINEIRO, Clara (coord.). **Coleção Temas de Museologia – Museus e acessibilidade.** Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004, p. 17. Disponível em:

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/acessibilidades/ipm_2004_museus_e_acessibilidade.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/sistema-estadual-de-museus-sem-sc/2352-col-estudos-mus-v2-documentacao-museologica-e-gestao-de-acervos>. Acesso em: 16 nov. 2021

PEREIRA, Nereu do Vale (org.). **Memorial histórico da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos**. V 2. Florianópolis: ministério da cultura, 1997.

RPPN Catarinense. **RPPN Reserva Menino Deus**. Disponível em: <http://rppncatarinense.org.br/?rppns=rppn-reserva-menino-deus>. Acesso em 10 dez. 2022.